

**O papel das organizações baseadas na fé no desenvolvimento transformador:  
rede de comércio justo e solidário: interface entre comunidades da igreja e  
organizações da economia solidária**

Angelique J. W. M. van Zeeland<sup>1</sup>

### **Introdução**

O atual paradigma de desenvolvimento é baseado no crescimento econômico, na expansão do consumo, na consolidação da fusão do poder político e econômico, na exploração das trabalhadoras e dos trabalhadores e na exploração dos bens naturais. As consequências deste modelo de desenvolvimento são crescimento das desigualdades entre países e dentro dos países, diminuição do espaço de atuação das organizações da sociedade civil, criminalização dos movimentos sociais, violação dos direitos humanos, a presença contínua de pobreza e fome, e a crise ambiental.

Este modelo de desenvolvimento tem sido questionado por décadas e novos modelos têm sido propostos. Entre os diversos atores que questionam o atual modelo de desenvolvimento está o setor das organizações baseadas na fé.

Esse artigo tem como propósito analisar o papel das Organizações Baseadas na Fé (OBFs) como atores no desenvolvimento e visa ir ao encontro do tema proposto pelo 3º Simpósio Sul da Associação Brasileira de História das Religiões, Educação e Respeito às Diversidades. Apresenta-se de que forma as OBFs atuam em desenvolvimento, a especificidade das OBFs, os conceitos de desenvolvimento humano e desenvolvimento transformador e o papel das OBFs para incidência em políticas públicas.

A partir da experiência da Rede de Comércio Justo e Solidário, uma prática de desenvolvimento transformador, é discutida o papel das OBFs em espaços públicos para a defesa dos direitos e para a educação para a diversidade. O artigo finaliza com considerações sobre os desafios apresentados às OBFs no atual

---

<sup>1</sup> Doutora em Economia do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Assessora Programática na Fundação Luterana de Diaconia – FLD. Pesquisadora do Research Institute for Theology and Religion – University of South Africa. angelique@fld.com.br

cenário político, econômico e social na perspectiva do desenvolvimento transformador.

### **O papel das organizações baseadas na fé no desenvolvimento transformador**

Há visões antagônicas sobre desenvolvimento. Atualmente a visão que predomina é a abordagem que se centra no crescimento econômico e na austeridade, e que considere que o desenvolvimento se dá de cima para baixo. O sistema econômico é voltado para gerar lucro e necessita produzir e vender incessantemente, as sociedades têm que ser transformadas em “sociedades de consumo” e os bens naturais estão desaparecendo (LESBAUPIN, 2017, p. 74). Nesta visão as pessoas que vivem em situação de pobreza serão beneficiadas num estágio posterior, porém a maioria das pessoas nunca tem acesso a estes benefícios. Este modelo de desenvolvimento tem gerado profundas desigualdades sociais, econômicas, de gênero e étnico-raciais, as quais tem um efeito imenso na vida de milhões de pessoas.

Há surgidas outras visões de desenvolvimento, como o desenvolvimento humano, que enxerga o desenvolvimento como um processo que precisa atender os problemas sociais e priorizar as necessidades humanas e que se dá de baixo para cima. Superar os problemas, como pobreza, fome coletivas, negligência da condição de agente das mulheres e ameaças ao meio ambiente é fundamental no processo de desenvolvimento (SEN, 1999). Nessa perspectiva o desenvolvimento é considerado um processo de empoderamento (SEN, 2009). O desenvolvimento é voltado para a vida humana, baseado na agência, autonomia e participação das pessoas.

As OBFs têm questionado o atual modelo de desenvolvimento que gera pobreza, desigualdades, violações dos direitos humanos e degradação dos bens naturais. OBFs são organizações baseadas nos valores centrais de sua fé e são heterogêneos e complexos (ZEELAND, 2016). A Iniciativa de Aprendizagem Conjunta sobre Fé e Comunidades Locais usa o termo OBFs, grupos de fé e comunidades de fé para “entidades que são autodefinidas por uma profissão (fé) e prática (ética) comuns religiosamente informadas, suas lideranças e infra-estruturas congênitas e comunitárias, bem como para provedores de cuidados de saúde e ONGs vinculados à fé” (JOINT LEARNING INITIATIVE ON FAITH AND LOCAL

COMMUNITIES, 2015, p. 2)<sup>2</sup>. De acordo com Buttelli (2016, p. 40) as OBFs “exercem sua função na sociedade a partir da sua compreensão religiosa”, ele ressalta a importância da incidência pública das OBFs.

As OBFs aderem ao desenvolvimento como um conceito abrangente, focado em uma abordagem baseada em direitos humanos. O documento “Nossa compreensão de desenvolvimento” afirma a compreensão da Aliança ACT do desenvolvimento transformador. A Aliança ACT é uma rede de 145 igrejas e OBFs comprometidas em trabalhar de forma ecumênica em áreas de ajuda humanitária, desenvolvimento e incidência em mais de 100 países. “Desenvolvimento transformador se origina na afirmação teológica de que todas as pessoas são criadas à imagem de Deus, com o direito e a capacidade de viver de forma justa, humana e digna em comunidades sustentáveis” (ACT, 2013, p. 1). O desenvolvimento transformador é baseado na “centralidade da dignidade humana” (ZEELAND, 2016b, p. 98). Esse conceito contesta qualquer condição, estrutura ou sistema que perpetue a pobreza, a injustiça, o abuso dos direitos humanos e a destruição do meio ambiente.

Doze princípios fundamentam a compreensão de desenvolvimento transformador: Participação; Empoderamento; Desenvolvimento das capacidades; Não discriminação, por nenhum motivo, incluindo etnia, gênero, religião, cultura, identidade sexual, idade, afiliação política; Justiça de gênero; Reconhecimento das dimensões culturais e espirituais; Reafirmação dos direitos humanos; Incidência política; Promoção de paz e reconciliação; Comunicação efetiva; Sustentabilidade ambiental; Partilha de recursos. Os princípios de participação e empoderamento destacam a importância da participação das pessoas que vivem em situação de pobreza e cujos direitos foram violados em todo o processo de desenvolvimento, bem como sua capacidade de provocar mudanças estruturais nas relações de poder e para reivindicar seus direitos.

No conceito de desenvolvimento transformador a incidência política para abordar as causas fundamentais de pobreza e injustiça faz parte do processo. A incidência pública pode ser compreendida como uma forma de denúncia das desigualdades e violações de direitos, bem como uma “articulação e construção de

---

<sup>2</sup> Tradução nossa.

espaços de controle social e atuação da sociedade civil na garantia de direitos de forma democrática e autônoma” (MENEZES; AGUIAR, 2017, p. 97). A atuação das OBFs é baseada na sua perspectiva de fé. As narrativas de fé contribuem para oferecer uma linguagem enraizada em valores de sua fé, em relação à dignidade humana. Essa compreensão enquadra seu discurso em direitos humanos. Kuss e Bencke (2017, p. 81) afirmam que “a característica que tem marcado a trajetória ecumênica brasileira é o compromisso com a promoção dos direitos humanos”. Segundo Swart e Nell (2016) as OBFs têm tido um papel mais visível como organizações que atuam na incidência pública no âmbito nacional e internacional, principalmente para questões de justiça social.

### **Rede de comércio justo e solidário**

Para ilustrar a atuação de OBFs, o escopo de desenvolvimento transformador e a prática de educação para a diversidade, apresenta-se a experiência da Rede de Comércio Justo e Solidário. A Rede de Comércio Justo e Solidário (RCJS) é uma iniciativa apoiada pela Fundação Luterana de Diaconia (FLD) que tem como objetivo a promoção da economia solidária e do comércio justo e solidário. A FLD é uma organização baseada na fé, membro da Aliança ACT, que atua na promoção e defesa de direitos através de cinco áreas temáticas – Justiça Econômica, Justiça Socioambiental, Direitos Humanos, Diaconia e Ajuda Humanitária. A Rede é uma construção coletiva de práticas de desenvolvimento transformador e é baseada na interação entre comunidades vinculadas a igreja e organizações populares de economia solidária.

A Rede reúne empreendimentos econômicos solidários dos três estados do sul do Brasil, que atuam nos segmentos de alimentação, artesanato, confecção, reciclagem e serviços. Os empreendimentos são compostos em sua maioria por mulheres, que enfrentam relações de injustiça de gênero, discriminação e violações de direitos.

A Rede se constitui num espaço de aprendizagem coletiva para as pessoas dos empreendimentos econômicos solidários, principalmente para temas como gestão democrática, viabilidade econômica, comércio justo e justiça de gênero. A gestão compartilhada da Rede, com a ativa participação das mulheres dos empreendimentos, se constitui num espaço de empoderamento.

A FLD e os empreendimentos econômicos solidários da Rede atuam em espaços de incidência pública, tais como fóruns municipais, regionais, estadual e nacional de economia solidária e também em Conselhos estaduais e nacional de economia solidária para a construção de políticas públicas e para o controle social.

Um dos principais objetivos da Rede é estabelecer uma relação de confiança entre comunidades da igreja e empreendimentos econômicos solidários (EES). De acordo com Bencke (2016, p. 57) “o papel específico das religiões na promoção de um desenvolvimento transformador é o de mobilizar as pessoas em favor de uma conversão de estilo de vida”. Desta forma, a Rede tem um papel importante na sensibilização e mobilização de educadoras, educadores e estudantes através de práticas de educação para o consumo responsável e para o respeito às diversidades.

A RCJS desenvolve ações que visam aproximar EES e comunidades/instituições ligadas à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e a escolas da Rede Sinodal de Educação, para promover processos educativos para o consumo e para a adoção de hábitos sustentáveis, a partir da construção de relações comerciais justas, solidárias, transparente e duradouras (EMMERT; ZEELAND, 2015, p. 81).

A partir da atuação da Rede se propõe a reflexão e a adoção de outra forma de consumo, com compromisso social, de justiça de gênero, promoção do associativismo e da solidariedade. A partir desse compromisso, sínodos e direção geral da IECLB têm feito a opção de contratar serviços, como coquetéis, alimentos, confecção de camisetas, entre outros itens, de grupos da Rede. Os grupos também têm participado de Dias da Igreja e outros eventos de comunidades e sínodos, com a feira de comércio justo e solidário.

Na economia solidária, o ato de consumir é uma escolha para a valorização das trabalhadoras e dos trabalhadores e das produtoras e dos produtores de grupos comunitários, para a preservação do meio ambiente e o estímulo ao desenvolvimento local sustentável (TELLIER; ZEELAND, 2014, p. 44).

Ao tratar do tema de comércio justo e solidário no âmbito da igreja, a FLD busca aprofundar seu testemunho diaconal, denunciando o sistema econômico que

gera desigualdades, pobreza, violação de direitos e degradação ambiental, e ao mesmo tempo, anunciando possibilidades de adoção de práticas de consumo responsável e de relações justas de produção e distribuição de bens que visam o cuidado integral da vida.

### **Considerações**

Num momento que o atual modelo de desenvolvimento vem sendo contestado por muitos movimentos sociais e organizações da sociedade civil, também surge o desafio de pensar outros termos, como, por exemplo, o bem viver. No âmbito das igrejas e das OBFs tem surgidos outros termos além do desenvolvimento transformador, como diaconia transformadora (KUSS; BENCKE, 2017) e diaconia ecumênica (NORDSTOKKE, 2014). De acordo com Nordstokke (2014, p. 271) existe uma demanda para “uma terminologia apropriada no sentido de expressar a natureza distinta desses atores, como um tipo distinto de organização baseada na fé e, ao mesmo tempo, expressa o caráter distintivo de sua ação”.

As OFBs, a partir da sua compreensão religiosa, têm tido mais visibilidade como organizações que atuam na defesa dos direitos e na incidência pública. O atual cenário político, econômico e social de desmonte de políticas públicas, aumento das violações de direitos humanos, criminalização dos movimentos sociais, e diminuição de espaço de atuação e incidência de organizações da sociedade civil, coloca um grande desafio para as OBFs de afirmar sua atuação na defesa dos direitos e na incidência política no espaço público.

### **Referências**

ACT Alliance. *Nuestra comprensión del desarrollo*. Genebra: ACT, 2013. Disponível em: <[http://www.actalliance.org/resources/policies-and-guidelines/our-understanding-of-development/Our\\_Understanding\\_ofDev\\_ACTD-ACTA\\_SPANISH\\_Jan2013.pdf/view](http://www.actalliance.org/resources/policies-and-guidelines/our-understanding-of-development/Our_Understanding_ofDev_ACTD-ACTA_SPANISH_Jan2013.pdf/view)>. Acesso em: 02 out. 2017.

BENCKE, Romi M. As organizações de base ecumênica e o fortalecimento das redes de parceria e de cooperação para o desenvolvimento transformador. In: BOCK, Carlos; GARCIA, Dezir.; MENEZES, Marilu N. (Orgs.). *Fé e transformação: papel e relevância das organizações de base ecumênica*. 1. ed. São Leopoldo: Sinodal: Quito: CLAI, 2016a, p. 54-62.

BUTTELLI, Felipe G. K. As organizações de base ecumênica e sua relação com as igrejas históricas. In: BOCK, Carlos; GARCIA, Dezir.; MENEZES, Marilu N.

(Orgs.). *Fé e transformação: papel e relevância das organizações de base ecumênica*. 1. ed. São Leopoldo: Sinodal: Quito: CLAI, 2016a, p. 39-53.

EMMERT, Graziella C.; ZEELAND, Angelique J. W. M. van. Rede de comércio justo e solidário: aprendizagens coletivas. In: VIANA, André L.; VALADARES, Kelly, R. (Orgs.). *Economia solidária e o mundo do trabalho: aprender e ensinar*. 1. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2015, p. 73-94.

JOINT LEARNING INITIATIVE ON FAITH AND LOCAL COMMUNITIES (JLIFLC). *Building more effective partnership between public sector and faith groups*. 2015. Disponível em: <<http://jliflc.com/wp-content/uploads/2015/06/NEWBuilding-more-effective-partnerships-between-public-sector-and-faith-groups-1.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2017.

KUSS, Cibele; BENCKE, Romi M. Ecumenismo e cooperação inter-religiosa na diaconia transformadora. In: KUSS, Cibele. (Org.). *Fé, justiça de gênero e incidência pública: 500 anos da Reforma e Diaconia Transformadora*. 1. ed. Porto Alegre: Fundação Luterana de Diaconia, 2017, p. 75-84.

LESBAUPIN, Ivo; SILVA, Evanildo B. da. (Orgs.). *Para além do desenvolvimento: construir outros horizontes utópicos*. 1. ed. São Paulo: Abong: Iser Assessoria, 2017.

MENEZES, Marilu N.; AGUIAR, Rogério O. Diaconia institucional em movimentos de reforma.. In: KUSS, Cibele. (Org.). *Fé, justiça de gênero e incidência pública: 500 anos da Reforma e Diaconia Transformadora*. 1. ed. Porto Alegre: Fundação Luterana de Diaconia, 2017, p. 95-104.

NORDSTOKKE, Kjell. Ecumenical diakonia: Responding to the signs of the times. In: *Ecumenical Review*, vol. 66, n. 3, 2014, p. 265-273.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SEN, Amartya. *A ideia de justiça*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SWART, Ignatius; NELL, Elsabé. Religion and development: The rise of a bibliography. In: *HTS Teologiese Studies/Theological Studies*, vol. 72, n. 4, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.4102/hts.v72i4.3862>>. Acesso em: 02 out. 2017.

TELLIER, Marluí; ZEELAND, Angelique J. W. M. van. Rede de comércio justo e solidário: entrelaçando comunidades. In: ZEELAND, Angelique J. W. M. van. *Economia solidária, diaconia e desenvolvimento transformador: por mudanças significativas e duradouras*. 1. ed. São Leopoldo: Oikos, 2014.

ZEELAND, Angelique J. W. M. van. Transformational development in a changing context: A Latin American perspective. In: *HTS Teologiese Studies/Theological Studies*, vol. 72, n. 4, 2016a. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.4102/hts.v72i4.3520>>. Acesso em: 02 out. 2017.

ZEELAND, Angelique J. W. M. van. Desenvolvimento transformador num contexto em mudanças. In: BOCK, Carlos; GARCIA, Dezir.; MENEZES, Marilu N. (Orgs.). *Fé e transformação: papel e relevância das organizações de base ecumênica*. 1. ed. São Leopoldo: Sinodal: Quito: CLAI, 2016b, p. 93-104.